



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE JAPARATUBA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2018

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA.

Publique-se, providencie-se o Contrato.

Japaratuba/SE, 02 de janeiro de 2018.

RONALDO DOS SANTOS
Presidente

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAPARATUBA, ESTADO DE SERGIPE, instituída nos termos da PORTARIA Nº 01 de 02 de janeiro de 2018, vem justificar o caráter de inexigibilidade de licitação na possível contratação de serviços de assessoria e consultoria técnica contábil entre a Câmara Municipal de Japaratuba e a empresa AUDIPLAC – PLANEJAMENTO CONTABILIDADE S/C LTDA, em conformidade com a art. 25, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, e de acordo com os motivos adiante expostos:

1 - DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (ART. 25, INCISO II C/C ART. 13 DA LEI 8.666/93)

CONSIDERANDO, que a inviabilidade de licitação, ocorre diante da impossibilidade jurídica ou técnica de competição, e na realidade é uma das hipóteses de excepcionalidade à regra que se refere o Art. 3º, da Lei nº 8.666/93, da qual se obriga a Administração Pública de sempre licitar.

CONSIDERANDO, preliminarmente, a importância da contratação dos aludidos serviços, face à necessidade precípua do Poder Público em manter a organização dos setores administrativos e financeiros, através de um efetivo acompanhamento dos procedimentos contábeis adotados, os quais envolvem a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

CONSIDERANDO, que apesar da legislação de direito financeiro pátrio, se reportar à Lei Federal nº 4.320/64, portanto, com mais de quatro décadas de vigência, a nossa Câmara, pelas dificuldades impostas pelo modelo econômico atual, não teve a oportunidade de organizar os seus serviços contábeis com o seu próprio pessoal, seja pela falta de qualificação profissional, seja pela rápida evolução da legislação que se abate diariamente sobre a Administração Pública, requerendo, destarte, a existência de uma perfeita e saudável consultoria técnico-contábil, e que transmita a segurança para o Legislativo, através da confiabilidade operacional da



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE JAPARATUBA

empresa. Assim, se vê na premência da contratação de serviços técnicos, onde no universo do Estado de Sergipe, a AUDIPLAC – PLANEJAMENTO CONTABILIDADE S/C LTDA se configura com o conceito de notória especialização pelos relevantes serviços que vem prestando.

CONSIDERANDO, que os serviços solicitados a serem prestados, são daqueles que taxativamente se arrima nos perfilhados no Art. 13, o que com precisão, encontra amparo no inciso III, do mesmo artigo, porquanto, os serviços de assessoria ou consultorias técnicas e auditorias financeiras, estão elencados naquele dispositivo legal. Frise-se ainda, por oportuno, que o inciso III, do Art. 13, da Lei nº 8.666/93, se reporta a “assessoria ou consultoria técnicas...” de forma bem abrangente, não fazendo assim quaisquer restrições à consultoria técnica CONTÁBIL.

CONSIDERANDO, que em muito boa hora, o parágrafo primeiro, do Art. 25, da Lei de Licitações, delimitou a questão da notória especialização, ao dispor:

“Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado”

CONSIDERANDO, que a AUDIPLAC – PLANEJAMENTO CONTABILIDADE S/C LTDA preenche os requisitos exigidos no parágrafo acima transcrito, conforme se depreende da vasta documentação que acompanha e instrui a presente justificativa, corroborada pela lição do imortal administrativista Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

“... serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são dos prestados por quem, além da habilitação técnica e profissional – exigida para os serviços técnicos profissionais em geral – aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou estágios de aperfeiçoamento”

CONSIDERANDO, que os equipamentos utilizados pela AUDIPLAC atendem, completamente, as necessidades da execução dos nossos serviços, estando totalmente informatizados.



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE JAPARATUBA**

CONSIDERANDO, face os motivos acima elencados, que a AUDIPLAC, no campo da sua especialidade, preenche os requisitos estabelecidos no Art. 25, § 1º, do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos.

2 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO (ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III DA LEI 8.666/93)

CONSIDERANDO, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública Municipal, em se tratando de uma empresa deste porte, conforme **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA** acostados, fornecidos por alguns órgãos públicos que mantém contrato com a AUDIPLAC.

3 – DA CONCLUSÃO

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Japaratuba pelo acatamento da notória especialização e, no mesmo diapasão se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a inexistência do prévio processo licitatório, ex vi do Art. 25, inciso II, em harmonia com o Art. 13, inciso III, todos do Diploma Legal alhures referenciado. Submetemos a presente **JUSTIFICATIVA** a apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Japaratuba, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como conditio sine qua non para eficácia deste ato.

Japaratuba/SE, 02 de janeiro de 2018.

Rafael Rodrigues da Silva
RAFAEL RODRIGUES DA SILVA
Presidente da C.P.L.

Daniilo dos Santos Nunes
DANILO DOS SANTOS NUNES
Membro da C.P.L.

Marluce Alves Ferreira
MARLUCE ALVES FERREIRA
Membro da C.P.L.